

SEXISMO NA ESCOLA

PROTOCOLO DE ATUAÇÃO E COMBATE



Observatório
Permanente dos
Preconceitos em
Escolas de
Sergipe

SECRETARIA DE ESTADO
DA EDUCAÇÃO



SERGIPE
GOVERNO DO ESTADO



UNIVERSIDADE
FEDERAL DE
SERGIPE



FAPES
Fundação de Apoio à Pesquisa e Extensão de Sergipe

Produção

Observatório Permanente dos Preconceitos nas Escolas de Sergipe

Apoio

Universidade Federal de Sergipe (UFS)

Secretaria de Estado da Educação de Sergipe (SEED)

Fundação de Apoio à Pesquisa e Extensão de Sergipe (FAPESE)

Organização

Ueliton Santos Moreira Primo (UFS)

Juliana de Oliveira Brandão (UFS)

Mel Andrade Cavalcante Costa (UFS)

Dalila Xavier de França (UFS)

Marcus Eugênio Oliveira Lima (UFS)

Comissão de Elaboração

Dalila Xavier de França (UFS)

Marcus Eugênio Oliveira Lima (UFS)

Ueliton Santos Moreira Primo (UFS)

Juliana de Oliveira Brandão (UFS)

Mel Andrade Cavalcante Costa (UFS)

Joana dos Santos (UFS)

Barbara Santana Ribeiro (UFS)

Daniela Melo da Silva Carvalho (UFS)

Kaline da Silva Lima (UNIFOR)

Revisão

Erica Karine Santana Santos (UFS)

Revisão textual

Luciana Mariz

Fotografia da Capa

Pillar Pedreira (Agência Senado)

Ilustrações

Eustas Design

Zdenek Sasek

Fábio Cruz Mitidieri
GOVERNADOR DO ESTADO DE SERGIPE

José Macedo Sobral
VICE-GOVERNADOR DO ESTADO DE SERGIPE
/ SECRETÁRIO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Francisco Marcel Freire Resende
SECRETÁRIO EXECUTIVO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

José Edson Costa dos Santos
SUPERINTENDENTE EXECUTIVO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Eliane Passos Santana
DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE APOIO AO SISTEMA EDUCACIONAL-DASE

Adriane Álvaro Damascena
CHEFE DO SERVIÇO DE PROJETOS ESCOLARES PARA OS DIREITOS HUMANOS

Pedro de Santana Santos
COORDENADOR DO PROGRAMA ACOLHER

DIRETORIAS REGIONAIS DE EDUCAÇÃO

DRE 1 – Franz Russeberg da Silva Santos
DRE 2 – Daniela Santos da Silva
DRE 3 – Gadston dos Santos
DRE 4 – Handresha da Rocha Santos
DRE 5 – Elaine Silva Tomé
DRE 6 – Max Cardoso Silva
DRE 7 – Maria das Graças Albuquerque Melo
DRE 8 – Marleide Cruz de Araújo
DRE 9 – Antônio José de Santana
DEA – Gilvânia Guimarães dos Santos

EQUIPE TÉCNICA DO PROGRAMA ACOLHER

Ana Mércia Dantas da Silva Santana
Andressa Lílian Rodrigues de Oliveira
Elaine Araújo Canuto
Karinne Nascimento Silva
Lorena Maria Borges Silva
Marcus Vinícius Oliveira Santos
Nayane de Jesus Oliveira Silva Santos

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Sexismo na escola [livro eletrônico] : protocolo
de atuação e combate / organização Observatório
Permanente dos Preconceitos nas Escolas de
Sergipe (OPPES). -- São Cristóvão, SE :
Ed. dos Autores, 2025.
PDF

Vários autores.
Vários colaboradores.
Bibliografia.
ISBN 978-65-01-40864-4

1. Escolas - Aspectos sociais 2. Preconceitos -
Aspectos sociais 3. Psicologia escolar - Prática
4. Sexismo I. Observatório Permanente dos
Preconceitos nas Escolas de Sergipe (OPPES).

25-263326

CDD-379.20981

Índices para catálogo sistemático:

1. Brasil : Desigualdades e preconceitos : Escolas :
Políticas públicas 379.20981

Eliete Marques da Silva - Bibliotecária - CRB-8/9380

Apresentação

A cooperação entre a Universidade Federal de Sergipe e a Secretaria de Estado da Educação (SEED) é de fundamental importância para subsidiar e compreender as políticas públicas, a partir de dados oriundos das pesquisas acadêmicas. O material pedagógico apresentado a seguir, sob a forma de 7 (sete) protocolos que concernem às principais modalidades de violências e violações praticadas e percebidas na comunidade escolar – racismo, sexismo, LGBTfobia, classismo, intolerância religiosa; capacitismo; bullying e cyberbullying; – são o produto de uma rigorosa pesquisa fruto do Observatório das Violências e Conflitos Sociais na Rede Estadual de Ensino de Sergipe: Ações de Prevenção e Controle (UFS), a partir do diagnóstico da incidência dessas violências e violações em uma amostra representativa dos estudantes em 10 (dez) escolas circunscritas nas Diretorias Regionais de Educação do Estado de Sergipe.

Os protocolos apresentados servirão de embasamento técnico para a implementação dos núcleos do Observatório das Violências nas 10 (dez) unidades escolares da Rede Estadual de Ensino de Sergipe, orientando os profissionais que acompanharão os estudantes nas ações de prevenção e enfrentamento a essas modalidades de violência.

Cabe destacar que a SEED, por meio da Portaria nº 3625/2020, implementou a política de Promoção de Paz nas Unidades Escolares, considerando o crescente e notório aumento dos índices de violência no ambiente escolar, a necessidade da promoção de um espaço de acolhimento e cuidados, da difusão de práticas que estimulem a sensação de pertença dos estudantes, e do estímulo contínuo ao desenvolvimento integral de suas potencialidades.

Dentre as diretrizes da mencionada Portaria destaca-se a importância do estabelecimento de parcerias entre a escola e as Instituições de Ensino Superior (IES), para ações de colaboração na formulação de estratégias que visam a implementação da política da paz, observadas as diretrizes da SEED. Assim, compreende-se que as estratégias de intervenção indicadas nos protocolos elaborados pela equipe do Observatório deverão contribuir para a melhoria do clima escolar, na perspectiva da promoção da cultura de paz e não violência.

Ademais, o convênio celebrado entre os Departamentos de Psicologia e Serviço Social da Universidade Federal de Sergipe (UFS) e a SEED buscará expandir o escopo das ações de formação continuada da equipe técnica que compõe o Programa de Acolhimento Psicossocial nas Escolas Estaduais de Sergipe (Programa Acolher) e demais profissionais da escola pública, bem como atingir um maior número de unidades escolares, além daquelas que foram inicialmente designadas como escolas-piloto para a implementação dos núcleos do Observatório das Violências e Conflitos Sociais.

Programa Acolher
Secretaria de Estado da Educação

Sumário

1	Introdução	5
2	O que é sexismo?	6
3	Quais as principais formas de expressão do sexismo?	9
4	Como o sexismo é reproduzido na escola?	12
5	Quais os impactos do sexismo?	14
6	A função da escola no combate ao sexismo	16
7	O papel do(a) professor	18
8	O papel da gestão escolar	20
9	O papel da família	22
10	O papel da psicologia escolar	24
11	Uma situação de sexismo ocorreu na minha escola. Como posso lidar com isso?	28
12	Como combater o sexismo na escola:	32
	intervenções e indicações de materiais	
13	Canais de denúncia	40
14	Relatório para registro de ocorrências	41
	de preconceito na escola	
15	Referências	43

1. Introdução

As escolas são espaços essenciais para a promoção do respeito à diversidade e para assegurar o direito à igualdade de gênero entre homens e mulheres. Promover a igualdade sexual e de gênero é fundamental para criar um ambiente educativo mais inclusivo e de respeito mútuo. Combater os preconceitos baseados no gênero, como machismo e sexismo, é um dos passos mais importantes para construir uma sociedade mais justa. Isso enriquece o aprendizado e a convivência escolar, além de preparar os estudantes para viver em uma sociedade plural e igualitária.

Este protocolo foi desenvolvido no âmbito do Observatório Permanente dos Preconceitos nas Escolas de Sergipe (OPPES) e surge da urgente necessidade de enfrentar o sexismo nos ambientes escolares. O sexismo é uma questão que fere os direitos humanos, sobretudo das mulheres, e exige um esforço conjunto de toda a comunidade escolar e da sociedade para o seu enfrentamento. Este material visa fornecer maior compreensão sobre o tema, bem como estratégias práticas para criar um ambiente educacional livre dos efeitos do sexismo.

Neste material, apresentamos o conceito de sexismo, suas principais formas de expressão na sociedade e no ambiente escolar, bem como os impactos desse fenômeno na saúde mental e na aprendizagem escolar dos estudantes, destacando a urgente necessidade de intervenção. O combate ao sexismo exige compromisso, conhecimento e ação conjunta de toda a escola. Por isso, neste protocolo, são apresentados os papéis dos atores escolares para o combate ao sexismo. Além disso, apresentamos políticas e práticas interventivas que podem ser implementadas pelos profissionais da comunidade escolar para promover o respeito e a igualdade de gênero. Também discutimos maneiras pelas quais educadores, pais e responsáveis podem colaborar com a escola para garantir um ambiente seguro e respeitoso para todos os estudantes.

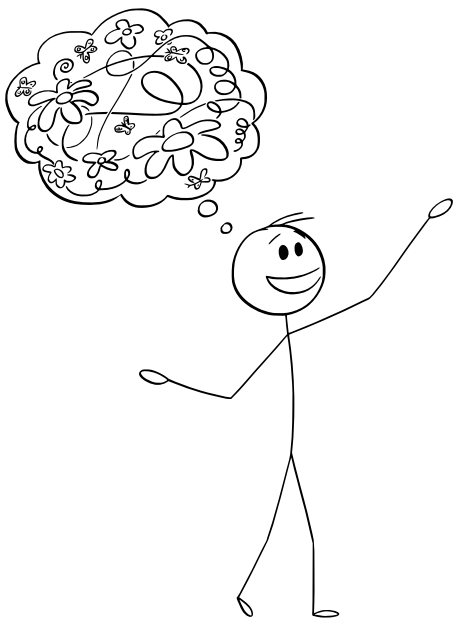
**Desejamos uma
excelente leitura e um
bom aproveitamento
deste material!**



2. O que é sexismo?



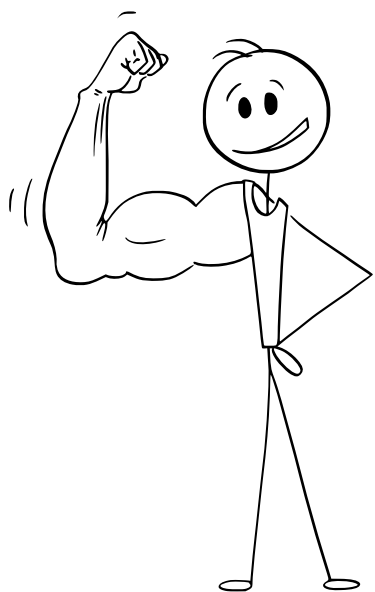
O **sexismo** pode ser compreendido como uma **forma de preconceito baseada no sexo** [1]. Desde antes do nascimento, muitas vezes, no momento em que o sexo biológico do indivíduo é descoberto, já se pensa em como a criança será. Antecipa-se seu comportamento ao brincar e ao crescer: será gentil e doce ou forte e viril? Idealiza-se o quatinho e o enxoval, observando-se cores e modelos e pensando-se na inserção desse ser na sociedade a partir do resultado do exame que revela a combinação cromossômica ou genitália. Dessa forma, **a partir do sexo, separam-se os indivíduos, socializando-os para o cumprimento de papéis distinto** [1] e se estabelece um **processo de constituição de identidade a partir da imposição de normas** de como meninos e meninas, e homens e mulheres, devem ser, o que naturaliza uma relação entre comportamentos e genitália [2].



Judith Butler, no livro “Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade”, fornece uma compreensão sobre o significado e as diferenças entre sexo e gênero. Para a autora, assim como o sexo, o gênero é culturalmente construído. Butler argumenta que **o corpo é biologicamente sexuado, mas essa característica** (masculina, por exemplo) **não resulta necessariamente em um gênero específico** (masculino, homem) e questiona, assim, a ideia de que “a biologia é um destino” [3].

Ou seja, como o **gênero não é limitado ou se define como algo que espelha o sexo**, também se pode questionar a divisão binária de gênero e entender que um corpo sexuado na forma masculina pode se associar a um gênero que se encaixa no espectro entre feminino e masculino, ou fora dele, nos gêneros não-binários [3] [4].

Entretanto, é necessário reconhecer que ainda **há na sociedade um sistema de gênero que considera a biologia como determinante** e estabelece a lógica “vagina-mulher-feminilidade versus pênis-homem-masculinidade”, controlando os supostos desvios e, conseqüentemente, entendendo a existência de pessoas trans e travestis como um desafio à norma [5]. Ao serem estabelecidos comportamentos e elementos que seriam parte da “feminilidade” e da “masculinidade”, atribuindo-se significados para objetos e práticas que caracterizariam os gêneros, institui-se uma divisão social de gênero. Essa **separação se dá a partir de aspectos históricos e culturais e é reproduzida por gerações, estabelecendo-se ao reafirmar desigualdades em instituições, como a escola** [6].



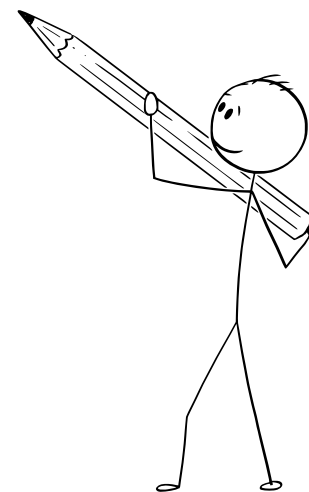
Condizente com o contexto histórico-cultural, a divisão foi marcada pela visão patriarcal (6) que sustenta a desigualdade entre homens e mulheres, muitas vezes justificada por aspectos biológicos. O corpo masculino é entendido, nessa perspectiva, como naturalmente superior, mais forte e ideal para liderar, enquanto o feminino seria biologicamente inferior, frágil e destinado a cuidar dos filhos e da alimentação [7]. Essa divisão social, **ao atribuir papéis específicos a cada gênero, estabelece relações de poder com expressões violentas [1], que fundamentam uma organização hierárquica dos gêneros e o sexismo** [8]. Assim, a violência de gênero não surge de ocorrências esporádicas, mas como uma característica permanente das relações sociais.

A **divisão social de gênero integra o sexismo**, o qual é compreendido como um **resquício do patriarcado**, isto é, um instrumento para garantir a perpetuação das diferenças de gênero [6] [9]. Embora esse entendimento possa sugerir que o sexismo é prejudicial unicamente às mulheres, que estariam na posição inferior da relação de poder, na prática, ele homogeneiza identidades e restringe as possibilidades de vida dos indivíduos. Nesse ponto, está a distinção conceitual entre machismo e sexismo, frequentemente utilizados como sinônimos: o primeiro refere-se ao preconceito contra um grupo com gênero específico, as mulheres, enquanto o segundo afeta pessoas de qualquer sexo [1]. Portanto, **apesar das diversas formas como o fenômeno se expressa e de seu impacto mais forte nas mulheres, todas as pessoas são afetadas pelo sexismo**, uma vez que todas possuem um sexo e são submetidas a expectativas sociais vinculadas à associação anatomia-gênero [8].



Ao ler este protocolo, note:

Quando se diz que todas as pessoas são afetadas pelo sexismo, não se busca generalizar a ponto de minimizar as dificuldades das mulheres, o grupo mais reconhecido como alvo desse fenômeno na sociedade. O objetivo é reconhecer que esse preconceito não se limita às mulheres ou às pessoas cisgênero.



Por exemplo, tanto uma mulher cis quanto uma mulher transgênero têm suas vidas limitadas pelo sexismo. A mulher cis pode ser colocada em posição inferior aos homens e ver suas possibilidades profissionais restringidas, enquanto a mulher trans pode não ser entendida como mulher pela sociedade em uma perspectiva sexista, enfrentando uma dupla marginalização (produzida pelo sexismo e pela transfobia) ao não cumprir as expectativas da sociedade e ao se inserir na condição desvalorizada de mulher [8].

Reforçando as ideias mencionadas anteriormente, a existência de pessoas transgênero e não-binárias desafia a lógica central no sexismo, que associa diretamente anatomia/sexo biológico ao gênero [5]. Portanto, esses grupos são claramente impactados. Além disso, o sexismo também produz implicações para os homens. Ao mesmo tempo em que os beneficia, o sexismo produz uma concepção de masculinidade que gera violência contra os homens desde a infância [10].

Os estereótipos de gênero criam exigências que se expressam em frases como “homem não chora” ou “é difícil respeitar um homem que demonstra seus sentimentos”, reforçando que o papel feminino é associado ao sentimentalismo e à fraqueza, enquanto se espera que o homem enfrente tudo com força e coragem, atributos vistos como opostos à expressão das emoções. Outro aspecto da masculinidade é a ideia de “esforço constante”, transmitida por frases como “um homem nunca deveria recusar um desafio em público” e “não importa o que aconteça, um homem deve parecer forte aos outros”, o que também impõe ao homem o papel de demonstrar esses atributos estereotipados, muitas vezes inatingíveis. Um exemplo é a dificuldade em buscar atendimento de saúde, devido à percepção de que autocuidado e adoecimento são vistos como sinais de fraqueza associados ao “sexo frágil” e, portanto, inapropriados para os homens [10].

3. Quais as principais formas de expressão do sexismo?

Até aqui, foi exposto que o sexismo afeta a todos, mas quais são os principais espaços atingidos por ele? Alguns dados da segunda edição do estudo 'Estatísticas de Gênero: Indicadores Sociais das Mulheres no Brasil', publicado em 2021 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), podem ajudar a entender essa questão a partir da desigualdade de gênero existente. O estudo aponta, especialmente, alguns espaços que ainda não alcançaram a igualdade entre gêneros nos indicadores, mesmo com a implantação de políticas sociais: o mercado de trabalho formal e os espaços de tomada de decisão, como cargos gerenciais [11].

Ocupação de cargos gerenciais

(com maiores remunerações e responsabilidades)

Mulheres ocupavam **37,4%** dos cargos

Homens ocupavam **62,2%** dos cargos

Participação no mercado de trabalho formal

54,5% das
mulheres

73,3% dos
homens

Diferença de 19,1 pontos percentuais

Envolvimento no trabalho não remunerado

(relacionado a cuidados de pessoas e afazeres domésticos)

Mulheres: 21,4 horas

Homens: 11 horas

Mulheres dedicam quase o dobro do tempo médio semanal

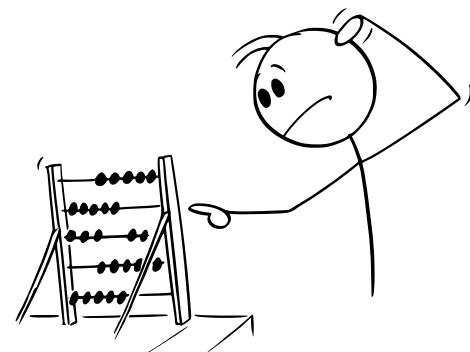


Esses dados corroboram os estereótipos mencionados anteriormente, nos quais as mulheres são vistas como adequadas ao cuidado com os filhos e os alimentos enquanto os homens são vistos como mais aptos para a liderança [7]. Consequentemente, os homens tendem a trabalhar fora de casa e ocupar cargos que envolvem tomada de decisão, enquanto as mulheres assumem as responsabilidades domésticas, refletindo exatamente a distinção de papéis apresentada pelos indicadores.

O estudo enfatiza que a maior responsabilidade das mulheres nas tarefas domésticas é um fator que limita sua inserção no mercado de trabalho formal, restringindo suas possibilidades de ocupação e direcionando-as a cargos menos remunerados. Além disso, **a menor participação em cargos gerenciais afeta a representatividade e a probabilidade de que alguma política relacionada à promoção de igualdade de gênero seja pautada.**

O ambiente doméstico aparece novamente no estudo do IBGE (2021) ao considerar os indicadores sobre os ambientes mais frequentes de ocorrência de homicídios, pois é mais comum a ocorrência de violência letal nesse ambiente para mulheres (30,4%) do que para homens (11,2%). **O fenômeno do homicídio contra as mulheres tem sido nomeado como feminicídio, isto é, o crime de assassinato de uma mulher pelo simples fato de ela ser mulher.**

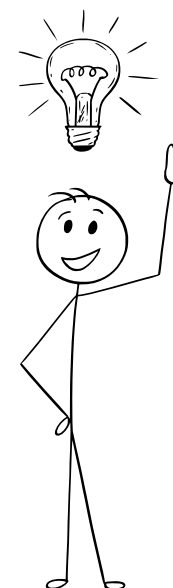
Outro indicador que também se refere às taxas de homicídio, mas considerando a cor da pele das vítimas, é que os números dessa violência são maiores para mulheres pretas e pardas dentro (34,8% maior) e fora do domicílio (121,7% maior) ao se comparar com mulheres brancas [11]. A partir desse dado, é possível notar que **o fator gênero não explica o contexto de todas as pessoas**, pois há opressões simultâneas centradas em diferentes marcadores e mulheres pretas e pardas não são afetadas só pelo sexismo, mas também pelo racismo [12].



No contexto dessa discussão, é importante compreender o termo **"interseccionalidade"**. Conforme descrito por Patricia Hill Collins e Sirma Bilge (2020), a interseccionalidade refere-se às relações de poder que envolvem raça, classe e gênero, por exemplo, e que não se manifestam como entidades distintas, mas como interconectadas e mutuamente excludentes. Nesse sentido, **é importante considerar, nas manifestações do sexismo, outros marcadores sociais além do gênero**, por exemplo, raça, classe e orientação sexual [13] uma vez que eles impactam o convívio social em sua totalidade [14].

Além disso, o sexismo pode se expressar de forma sutil ou flagrante. Glick e Fiske (1996) afirmam que o sexismo não ocorre apenas de forma hostil [9], mas também de forma benevolente. Embora seja chamado de “benevolente” - termo que pode ser compreendido como o mesmo que benévolo, algo que tem boas intenções, ou que traz resultados benéficos - e tenha essas características aparentemente positivas (15), o sexismo benevolente se disfarça de atitudes positivas e não deixa de ser uma manifestação nociva, pois se baseia nos estereótipos de gênero, incluindo inferioridade e submissão das mulheres perante os homens, reforçando esses aspectos [16].

Portanto, **nesta forma moderna, com as formas hostil** (a visão tradicional de sexismo) **e benevolente, é formado o sexismo ambivalente** [17]. Entenda mais sobre essas expressões abaixo:



SEXISMO AMBIVALENTE

SEXISMO HOSTIL

- Visão tradicional de sexismo
- Forma flagrante
- Mais fácil de reconhecer, pois **evidencia a diferença de gênero** e **expressa antipatia** em relação à mulher

Exemplos: [17]

“Mulheres se ofendem muito facilmente”

“Mulheres procuram poder controlando aos homens”

“Mulheres não dão valor a tudo que os homens fazem por elas”

SEXISMO BENEVOLENTE

- Forma sutil
- Também **é negativa**, ainda que aparente colocar a mulher em posição especial
- **Reforça os estereótipos dos papéis de gênero**, associando a mulher ao relacionamento com um homem e colocando-a como dependente de seus cuidados

Exemplos: [17]

“Uma mulher deve ser posta em um pedestal por seu homem”

“Mulheres são mais refinadas e têm melhor bom gosto”

4. Como o sexismo é reproduzido na escola?

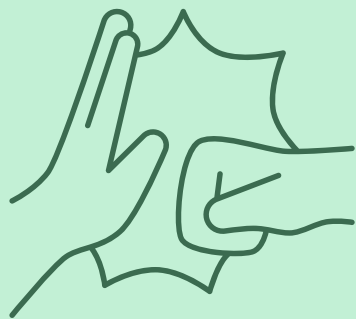
- ➔ A escola desempenha um papel fundamental na socialização dos estudantes, visto que é uma das instituições responsáveis pelo ensino de normas, valores e crenças compartilhados por uma sociedade. É nesse ambiente que o estudante inicia o processo de construção de sua pertença social e tem contato com os primeiros estereótipos e ações discriminatórias associados aos grupos sociais [18]. Nesse contexto, **a ideologia sexista se expressa de maneira explícita e implícita**, seja através da linguagem, dos materiais didáticos, ou até mesmo por meio das regras estabelecidas pelos gestores [7].
- ➔ Um dos primeiros ensinamentos transmitidos aos estudantes diz respeito à **universalização do masculino**, uma convenção linguística que estabelece o uso de termos no masculino para referir-se a todas as pessoas, independentemente do gênero [7]. Tal convenção **pode parecer natural**, entretanto, o seu emprego no cotidiano escolar **transmite às crianças as normas sociais de desvalorização socialmente atribuídas às meninas e às mulheres** [19]. Por meio da linguagem, o ser humano dá significado à realidade, desenvolvendo novas formas de pensar, sentir e agir [20]. Sendo assim, conscientizar a comunidade escolar sobre a necessidade de mudança no discurso é um dos primeiros passos para a construção de novas relações entre os gêneros, o que é imprescindível no combate ao sexismo.
- ➔ Além da escola, o ambiente familiar, os meios de comunicação, as propagandas e as redes sociais também exercem grande influência na reprodução do sexismo. As representações presentes nesses ambientes frequentemente envolvem estereótipos de gênero, como, por exemplo, a associação da cor rosa e princesas dóceis às meninas e da cor azul e heróis violentos aos meninos [7]. Na escola, tal **divisão é reafirmada com o emprego de livros didáticos que transmitem histórias com raras aparições de mulheres, retratando-as de forma secundária e estereotipada**, enquanto há um predomínio de perspectivas e protagonistas masculinos [21].

→ Outros **exemplos de práticas sexistas** na escola incluem a separação de meninos e meninas no recreio e nas atividades físicas, a exigência de vestimentas e comportamentos socialmente tidos como próprios para homens e mulheres, reforçando os estereótipos de gênero [22].

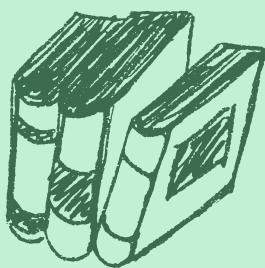
→ Há ainda a dimensão dos conteúdos trabalhados em aula e nos materiais didáticos, que, por vezes, podem reproduzir conteúdos sexistas, os quais podem ocorrer em qualquer disciplina. A desvalorização e o apagamento histórico das mulheres na ciência e na própria história, os conteúdos e os **discursos que reforçam a naturalização dos papéis de gênero** são alguns exemplos.

Assim, o sexismo tanto é reproduzido por meio de posturas individuais quanto por práticas institucionais, nos materiais didáticos, no currículo e no projeto político pedagógico da escola.

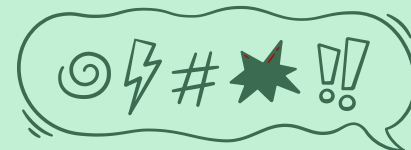
Violências Físicas



Violências Institucionais

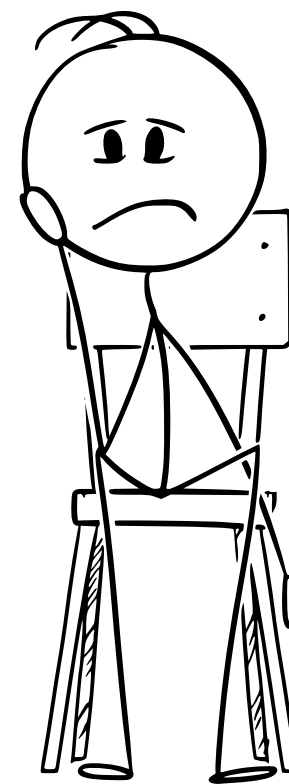


Violências Verbais



5. Quais os impactos do sexismo?

A opressão e a exclusão social decorrentes das práticas sexistas impactam diversas esferas da vida dos indivíduos: na saúde física e no bem-estar psicológico, no mercado de trabalho formal, na ocupação de espaços de tomada de decisão e nos índices educacionais.



➔ Na saúde, o sexismo produz inúmeros problemas para homens e mulheres. Os principais problemas enfrentados pelas **mulheres são a maior incidência de transtornos mentais**, principalmente ansiedade e depressão, gravidez na adolescência, suicídio e depressão pós-parto [23]. Os **homens**, por sua vez, **morrem mais cedo** do que as mulheres, sendo as principais causas homicídio, acidentes de trânsito, doenças no aparelho digestivo e neoplasias. Tais causas estão associadas a fatores comportamentais, como o uso de violência em conflitos e o fato de os homens procurarem com menos frequência os serviços de saúde [24].

O feminicídio é recorrente em sociedades patriarcais e representa a forma mais extrema de violência de gênero [25].

Segundo os dados do Instituto Igarapé, houve um aumento significativo de todas as formas de violência não-letal contra a mulher nos cinco anos anteriores à pesquisa (2018 a 2022). Nesse período, a taxa de feminicídio também cresceu em todas as regiões do Brasil, com um aumento de 13% no âmbito nacional [26].

→ Além disso, apesar de as mulheres serem, em média, mais instruídas que os homens e estarem em vantagem em relação ao acesso no ensino superior, elas enfrentam outros obstáculos, como menores remunerações e dificuldade para adentrar o mercado de trabalho formal, sobretudo em áreas ligadas às ciências exatas e à esfera de produção [11]. Essa discrepância que configura os campos profissionais está relacionada à influência dos estereótipos de gênero e da discriminação contra as mulheres na ocupação de posições de destaque e nas profissões compreendidas socialmente como masculinas ou femininas [27].

→ Ao serem estimulados a praticar apenas as habilidades exigidas para cada gênero, **mulheres e homens perdem a oportunidade de descobrir e exercitar outros aspectos que são importantes para o desenvolvimento** de todos os indivíduos [8].

→ Ao se limitarem os papéis das mulheres e meninas desde cedo, inclusive a aprendizagem de habilidades básicas para o exercício de determinadas funções, **limitam-se às suas possibilidades de vida**, em termos de inserção no mercado de trabalho formal, na liberdade e na confiança para ocupar diferentes espaços, o que se agrava com a distribuição desigual e assimétrica do poder entre homens e mulheres. **Meninos e meninas possuem a mesma capacidade de se desenvolver** psicológica, social e fisicamente, descobrir seu corpo e interagir socialmente [29]. Assim, negar ou limitar essas capacidades é produzir violência contra os indivíduos.

→ Na escola, os impactos do sexismo são percebidos de maneira concreta pelas **diferenças nos índices educacionais de meninos e meninas**, como as questões ligadas à baixa frequência e abandono escolar [30]. Por exemplo, para meninas o abandono ou a baixa frequência na escola podem estar ligados à pobreza menstrual e à gravidez precoce, bem como ao casamento. Outro fator são os desafios particulares que meninas enfrentam no ambiente escolar, como o assédio, a discriminação e o desencorajamento, baseados nos estereótipos de gênero que ditam, por exemplo que trabalhos considerados mais “técnicos” devem ser executados por homens, enquanto as mulheres são mais capacitadas para o trabalho doméstico [31]. Todos **esses fatores empurram as meninas para esse ambiente que se torna mais um lugar de violência**, o que, por consequência, limita sua formação e suas futuras oportunidades de trabalho.

6. A função da escola no combate ao sexismo



A escola ocupa um lugar central na formação dos indivíduos. Nela, os estudantes passam boa parte de seu tempo e ampliam suas redes de contato e socialização. Na escola, são compartilhados os ensinamentos formais que servem para preparar os cidadãos para a convivência social. Desse modo, mais do que ensinar conteúdos formais, a **escola ensina também modos de ser no mundo.**

Quando inserida em contextos sexistas como o nosso, a escola torna-se também lugar de produção dessa estrutura e **um dos principais locais onde as crianças aprendem que meninos e meninas devem ser categorizados de acordo com sua definição de gênero e que essa categorização define o lugar social de homens e mulheres.** Aprendem, por exemplo, que existem cores de menina e cores de menino e que existem brincadeiras de menina e brincadeiras de menino.

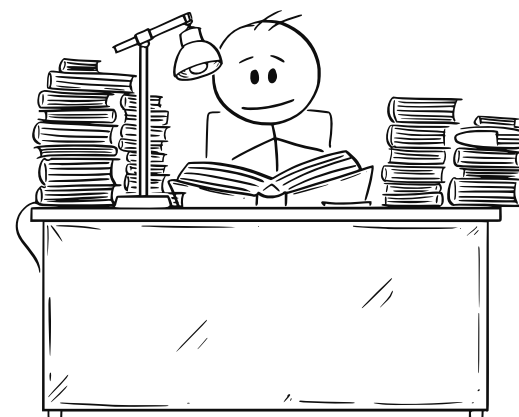
Os conteúdos educativos e os comportamentos ensinados na escola, muitas vezes, servem à manutenção de uma estrutura social que não só **categoriza indivíduos pelo gênero**, mas **reproduz o sexismo e as violências e cria desigualdades** de acordo com essas definições.

Acreditamos, no entanto, que **a escola também tem um grande potencial transformador**, justamente por esse importante lugar de formação que ocupa. É possível pensar numa escola que **não mais reproduz violências ou ensine papéis que servem à manutenção de uma lógica sexista**, mas sim que **contribua para a formação de cidadãos** que prezam pelo respeito à igualdade de gênero e que, assim, possam construir uma sociedade mais justa e livre de tais opressões.

Foi pensando no papel da escola no combate ao sexismo que Murta et al. (2012) sugeriram a criação de **programas educacionais baseados na perspectiva de gênero**, isto é, na importância de, em todas as estratégias de trabalho, pensar como o gênero e o sexismo colocam meninos e meninas em situações específicas. Para os autores, esses programas têm como objetivo prevenir o sexismo e criar estratégias para seu combate [14]. Tais programas incluem:

- ◆ Programas de prevenção ao abuso sexual e à coerção sexual fundamentados na perspectiva de gênero;
- ◆ Programas de prevenção a Infecções Sexualmente Transmissíveis e gravidez precoce fundamentados na perspectiva de gênero;
- ◆ Programas de educação sexual na escola fundamentados na perspectiva de gênero;
- ◆ Programas de prevenção à violência no namoro no ensino médio;
- ◆ Programas de habilidades de vida e promoção de direitos sexuais e reprodutivos para adolescentes e adultos;
- ◆ Programas de habilidades sociais, promoção de direitos interpessoais e prevenção à violência de gênero para crianças, adolescentes e adultos;
- ◆ Oferta de cursos relacionados a gênero dentro de formações para os professores incluídas no calendário escolar para profissionais que já atuam nas escolas.
- ◆ Oferta de oficinas que debatam a questão das violências de gênero como possibilidade de trabalho com todo o corpo escolar;
- ◆ Exposição de documentários e obras de artistas feministas e mulheres notórias em diversas áreas do conhecimento;
- ◆ Criação de um calendário escolar que dê visibilidade para mulheres em diferentes setores da sociedade;
- ◆ Estabelecimento de regras de convivência que valorizem a equidade de gênero entre todos os atores da escola;
- ◆ Oferta de subsídios que diminuam os impactos da pobreza menstrual, como a distribuição gratuita e acessível de absorventes na escola;
- ◆ Criação de uma rede de apoio para as mães estudantes, por meio de articulações com a assistência social e as creches.

7. O papel do(a) professor(a)



No ambiente escolar, ocorrem interações que marcam os indivíduos para toda a sua vida, seja pela aprendizagem de conteúdos que orientam futuras escolhas profissionais, seja pelas experiências que afetam a convivência social. Nesse processo, **os professores cumprem um papel fundamental na vida dos estudantes**, pois estão numa relação mais direta e ocupam uma posição de saber e de identificação. O que vem do professor tem um peso significativo para a maneira como as crianças e os jovens aprendem e também para a forma como se sentem no ambiente escolar. Pode-se dizer que os docentes são, pela natureza de seu trabalho, **agentes de socialização** [18].

Por vezes, a relação professor-aluno é permeada por tensões derivadas da sociedade mais ampla e **é possível que tanto os estudantes quanto os educadores reproduzam padrões de tratamento sexistas**. Os estereótipos sobre meninas e meninos estão presentes no cotidiano escolar e não podem passar despercebidos. Por exemplo, muitas vezes, os educadores esperam das meninas capricho, atenção, habilidades manuais e bom comportamento; dos meninos, esperam racionalidade, esperteza, atividade. Desse modo, os professores reforçam habilidades diferentes em razão do gênero e perpetuam os estereótipos já construídos [28].

É possível, no entanto, pensar em possibilidades que utilizem de maneira estratégica o lugar do professor como alguém que está em contato direto com os estudantes e tem a oportunidade de promover novos caminhos e novas relações nas escolas e nas salas de aula. **Os professores devem utilizar esse espaço para propiciar reflexão, tomada de consciência crítica e desconstrução dos estereótipos de gênero**. Além disso, devem proporcionar práticas mais igualitárias, estimular a autoconfiança na sala de aula e promover o trabalho de mulheres cientistas [28]. Tudo isso deve ser um compromisso do professor na construção de uma escola livre do sexismo.

Os professores podem atuar de diferentes maneiras para combater o sexismo na escola. Entretanto, **é importante que as intervenções não sejam realizadas de maneira aleatória**, sob o risco de se criarem situações desconfortáveis para estudantes e professores. Elas exigem, antes de tudo, planejamento e formação do educador perante as repercussões do gênero enquanto categoria analítica no desenvolvimento do processo ensino-aprendizagem [32].

A seguir, listamos algumas possibilidades de atuação baseadas no estudo de Almeida et al. (2020), que categorizou quatro estratégias que podem ser utilizadas pelos professores no combate ao sexismo no ambiente escolar. Ressaltamos que **cada estratégia pode ser adaptada à realidade da escola e às diferentes disciplinas**.

Categoria 1: evitar exemplos sexistas

Essa categoria diz respeito à análise crítica dos materiais didáticos no sentido de identificar e se contrapor ao sexismo em sua linguagem, conteúdo e ideologia. Também envolve a autoanálise dos professores para que evitem utilizar uma linguagem sexista em suas aulas, bem como a utilização de exemplos que reforcem os estereótipos e as desigualdades de gênero.

Categoria 2: apresentar referências femininas nas ciências

A apresentação de referências femininas é uma importante estratégia contra-estereotípica, que visa desconstruir a ideia de que a ciência e a produção de conhecimento são atividades naturalmente masculinas. Essa ação pode ocorrer de diferentes formas, o que abre um leque de possibilidades para o professor utilizar essa estratégia. É possível apresentar histórias de mulheres na ciência, trazer pesquisadoras da área para falar sobre seu trabalho, ou levar as crianças e os jovens para entrevistar essas mulheres. No caso do estudo de Almeida et al. (2020), o processo foi facilitado pelo contato com cientistas de uma universidade próxima.

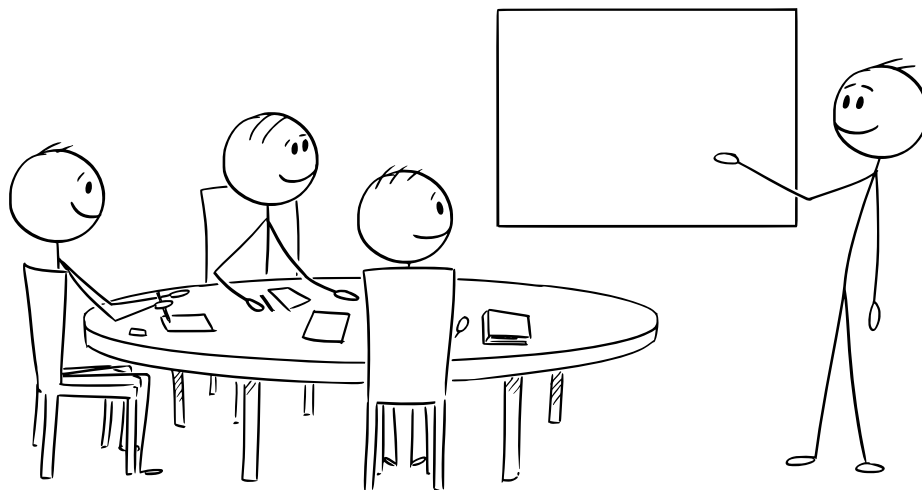
Categoria 3: distribuir equitativamente as perguntas

Essa categoria diz respeito à dimensão relacional de professores e alunos, que incide sobre o modo como ocorre a dinâmica das aulas. Em decorrência das disparidades de gênero, é comum que as meninas sejam silenciadas desde cedo, enquanto os meninos são incentivados a se posicionar e a defender suas opiniões. Essa estratégia orienta os professores a incentivar uma participação equitativa nas aulas, direcionando perguntas para os estudantes de todos os gêneros. Essa é uma maneira de fazer com que todos tenham a oportunidade de participar das aulas, incentivando o interesse e criando um sentimento de autoconfiança na expressão de seus pontos de vista, valorização de conhecimentos e participação ativa nos diferentes espaços.

Categoria 4: distribuir equitativamente o tempo de fala

Seguindo a mesma lógica da categoria 3, aqui também há a intenção de incentivar uma participação equitativa, mas, dessa vez, pensando no tempo de fala. Essa estratégia possibilita a criação de um ambiente de respeito ao direito do outro de expor suas ideias e valorizá-las. Especialmente para as meninas, cria-se um ambiente no qual elas se sentem à vontade para falar sem serem interrompidas, fortalecendo sentimentos de autoconfiança e valorização.

8. O papel da gestão escolar



Considerando o papel da escola na formação dos sujeitos, **a gestão escolar deve trabalhar em conjunto com a equipe pedagógica para combater o sexismo**. Embora, por vezes, haja uma postura conservadora e uma rejeição a ações da gestão que abordem a temática, é fundamental **intensificar as iniciativas que promovam a igualdade de gênero na escola e integrem esse tema ao cotidiano das instituições**, de forma a repensar os estereótipos que colocam a natureza do que é ser feminino e masculino, bem como reduzir as violências associadas [33].

A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) reuniu um **conjunto de recomendações que podem ser utilizadas pela gestão escolar para reduzir a violência** baseada na orientação sexual e na identidade de gênero nas escolas. Essas recomendações, adaptadas à temática do sexismo, abarcam a criação de políticas antidiscriminatórias voltadas à prevenção e ao enfrentamento de questões relacionadas à violência, inclusive à de gênero. Essas políticas podem orientar sobre funções, responsabilidades e formações exigidas de cada profissional da escola, além de detalhar as intervenções preventivas, os mecanismos de denúncia, o apoio aos estudantes e o monitoramento das violências [34]. As recomendações incluem:

Oferta de treinamento e apoio aos funcionários:

Considerando que os profissionais que trabalham na escola influenciam o ambiente e as atitudes dos alunos, é necessário que recebam formação adequada e apoio da gestão escolar para que possam abordar o sexismo e a violência de gênero, além de evitar transmitir informações inapropriadas sobre essas questões;

Construção de currículo e materiais de aprendizagem relevantes:

Os currículos devem fornecer diretrizes sobre o que deve ser ensinado aos alunos em diferentes idades e os materiais de aprendizagem que refletem esse conteúdo. Assim, é essencial garantir que questões como o sexismo e a igualdade de gênero estejam presentes no currículo e nos materiais didáticos dos estudantes;

Oferta de apoio aos estudantes e suas famílias:

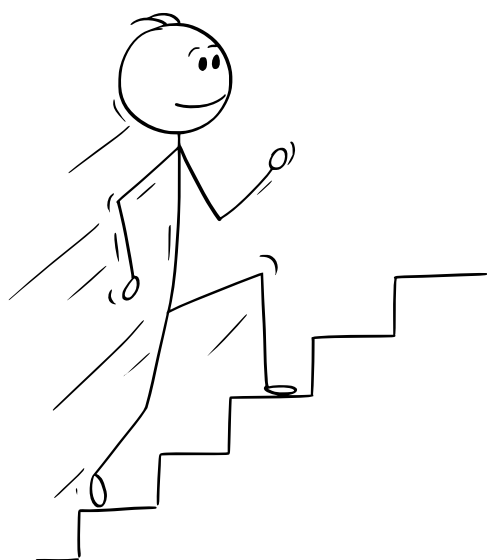
As escolas precisam adotar medidas para apoiar os alunos afetados pela violência sexual e de gênero na escola (seja como vítimas, agressores ou por serem atingidos de outras formas), assim como suas famílias. Esse apoio pode ser ofertado dentro da escola e por meio de encaminhamento a outros serviços;

Criação de campanhas informativas e parcerias estratégicas:

Para combater a violência de gênero e o sexismo, o setor da educação pode firmar parcerias com outros setores, como organizações não governamentais (ONGs), especialistas no tema, pesquisadores, universidades e movimentos sociais, a fim de aumentar a relevância e a precisão das informações fornecidas a educadores e estudantes;

Monitoramento e avaliação contínua:

Monitorar a natureza, a prevalência e o impacto da violência de gênero é essencial para a criação e o planejamento de intervenções adequadas. A avaliação da eficácia dessas intervenções também é imprescindível para garantir que o impacto desejado seja alcançado.



É imprescindível que a gestão escolar adote uma postura proativa no combate ao sexismo.

Para isso, os integrantes da equipe gestora precisam estar atentos às diversas formas de violência que comprometem o processo educativo dos alunos e buscar soluções para melhorar o convívio escolar, promovendo, assim, um ambiente escolar inclusivo para todos seus integrantes.

9. O papel da família



- ➔ **A família desempenha um papel crucial no combate ao sexismo**, moldando as atitudes acerca dos papéis de gênero por meio de práticas parentais de socialização das crianças. As atitudes dos pais influenciam significativamente a formação de estereótipos, atitudes e valores, o que pode implicar tanto a perpetuação do preconceito contra as mulheres quanto o combate ao sexismo.
- ➔ **A dinâmica de socialização familiar desempenha um papel importante na aquisição e na retenção de atitudes sexistas** [35], Ou seja, atitudes sexistas de pais e familiares influenciam o endosso dessa ideologia pelas crianças e pelos jovens. Os resultados também mostram que os meninos apresentam níveis mais altos de sexismo do que as meninas [36] [37].
- ➔ A aquisição de atitudes sexistas pelos filhos, por meio de ações dos pais, pode ser explicada pela Teoria da Aprendizagem Social de Bandura [37], que defende que as pessoas aprendem comportamentos, atitudes e normas sociais principalmente por meio da observação e imitação de modelos, como pais, responsáveis e outras figuras significativas.



Quando as crianças observam e imitam comportamentos sexistas de seus pais ou outras figuras familiares, elas se tornam mais propensas a internalizar essas atitudes e comportamentos, perpetuando estereótipos de gênero e sexismo.



- ➔ Dessa forma, **pais, mães e responsáveis podem ser modelos de comportamento igualitário em casa**, dialogando com os filhos, demonstrando respeito mútuo e dividindo as responsabilidades domésticas de maneira equitativa, por exemplo.

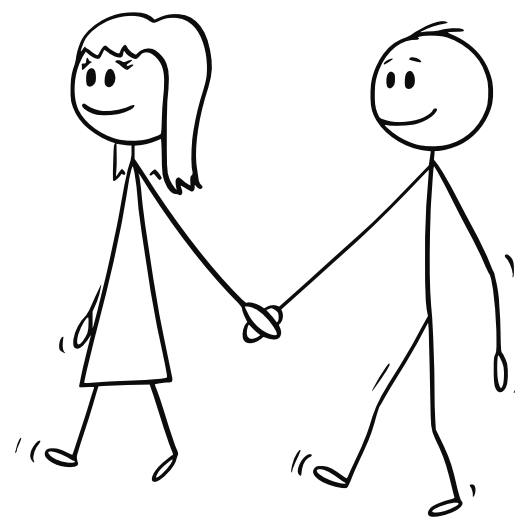
→ O enfrentamento ao sexismo deve ocorrer através de um compromisso coletivo e ações coordenadas de vários atores sociais no contexto educacional (ou seja, gestores-professores-estudantes-família). Nesse sentido, as famílias podem contribuir para a redução do sexismo com um maior envolvimento para que haja uma educação escolar antissexista.

→ Elas podem se envolver ativamente nas atividades escolares, promovendo políticas e práticas que valorizem a igualdade de gênero e combatam o sexismo. Esse envolvimento pode ocorrer por meio da **participação em conselhos escolares, da defesa de currículos que abordem questões de gênero, da colaboração com professores** para criar um ambiente inclusivo e **engajamento na luta social por políticas educacionais e uma legislação** que promova a igualdade de gênero de forma eficaz.

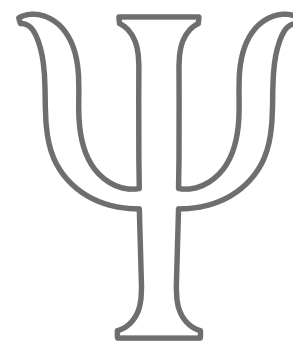
→ A respeito da legislação, destaca-se a Lei nº 14.164, de 10 de junho de 2021, que incluiu conteúdo sobre a prevenção da violência contra a mulher nos currículos da educação básica e instituiu a Semana Escolar de Combate à Violência contra a Mulher (38). O diálogo família-escola para a aplicabilidade dessa lei teria maior potencial de mudança de crenças e atitudes sexistas na comunidade escolar. **Conversas sobre questões de gênero podem ajudar os alunos a desenvolverem uma visão crítica sobre o sexismo e, assim, reduzir seus impactos na sociedade.**

→ No que tange ao **combate à violência contra as mulheres**, as famílias podem contribuir com a participação ativa em campanhas de prevenção e conscientização e com postura de **não tolerarem ou ignorarem tais atos, quebrando assim o ciclo de abuso e promovendo um ambiente mais seguro.**

As famílias são fundamentais na luta contra o sexismo, e um caminho para concretizar essa luta é a parceria com a escola. É necessário o envolvimento proativo das famílias nas discussões sobre temas como gênero, desigualdades de gênero e violência contra as mulheres.

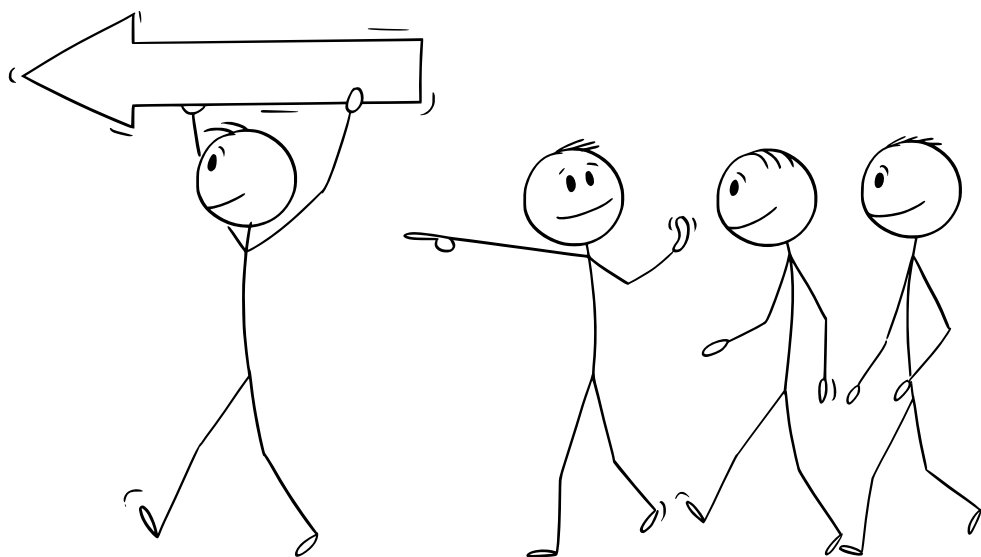


10. O papel da psicologia escolar



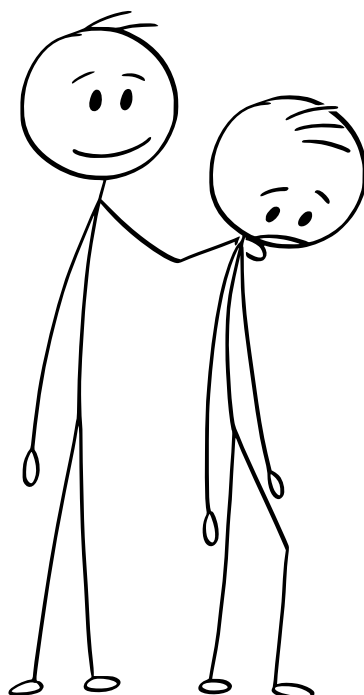
→ A psicologia é uma das principais áreas do conhecimento capacitadas para trabalhar com comportamentos que culminam em violência escolar. A psicologia escolar pode contribuir para o desenvolvimento de práticas que fomentem a igualdade de gênero e combatam estereótipos e preconceitos que perpetuam o sexismo e a discriminação contra meninas e mulheres.

Na escola, o profissional da psicologia deve **buscar compreender e desconstruir mitos, tabus, estigmas e preconceitos que naturalizam o sexismo e impedem os educadores de abordar a temática com seus estudantes**. A psicologia também pode atuar como facilitadora de práticas e ações coletivas de sensibilização sobre o tema com toda a comunidade escolar.



Além do trabalho de sensibilização, **o psicólogo** deve atuar como uma **rede de apoio para pessoas vítimas de sexismo e violência de gênero na escola.**

Embora a psicologia escolar se diferencie da prática clínica, ainda assim, o profissional deve exercer a **escuta atenta, qualificada e segura**, para que estudantes e profissionais esclareçam dúvidas e compartilhem suas experiências.



Para atuar na comunidade escolar frente às questões relacionadas ao sexismo, à violência de gênero e aos temas associados, como diversidade sexual e de gênero, **o psicólogo precisa estar preparado para exercer seu trabalho de forma ética, alinhada aos direitos humanos** e fundamentada nas resoluções do **Conselho Federal de Psicologia (CFP)** que orientam a prática profissional dos psicólogos relacionadas ao tema, a saber:

Resolução CFP nº 08/2020, que “estabelece normas de exercício profissional da psicologia em relação às violências de gênero” [39].

Resolução CFP nº 01/1999, que “estabelece normas de atuação para os psicólogos em relação à questão da Orientação Sexual” [40].

Resolução CFP nº 01/2018, que “estabelece normas de atuação para as psicólogas e os psicólogos em relação às pessoas transexuais e travestis” [41].

Resolução CFP nº 08/2022, que “estabelece normas de atuação para profissionais da psicologia em relação às bissexualidades e demais orientações não monossexuais” [42].

Resolução CFP nº 16/2024, que “estabelece normas de atuação profissional de psicólogas e psicólogos junto às pessoas intersexo” [43].



Esses documentos buscam impedir que a prática psicológica seja um instrumento de opressão, violência e naturalização de preconceitos, discriminações e discursos de ódio contra as mulheres e a diversidade sexual e de gênero [35].



Além disso, o profissional da psicologia deve atuar com toda a comunidade escolar, realizando **ações contínuas** que envolvam alunos, professores, gestores, pais e demais membros da comunidade escolar, adotando diversas estratégias, tais como:

- ◆ Organizar palestras, cine-debates, rodas de conversa, projetos e outras atividades com o objetivo de desmistificar questões relacionadas à sexualidade e ao gênero, além de abordar o preconceito, o sexismo e a violência de gênero. Como sugestão, essas atividades podem incluir apresentações de especialistas em gênero e sexualidade, discussões em grupo facilitadas por profissionais capacitados, exibição de filmes e documentários seguidos de debates, além de oficinas interativas que promovam a compreensão do tema;
- ◆ Desenvolver propostas de treinamento/capacitação/formação para que funcionários e docentes adquiram habilidades para reconhecer casos de sexismo e violência de gênero no cotidiano escolar e busquem soluções adequadas para cada situação;
- ◆ Disponibilizar materiais informativos sobre o sexismo e a violência de gênero;
- ◆ Colaborar na criação e na implementação de políticas contra a discriminação de qualquer natureza junto à gestão escolar, de maneira a estabelecer procedimentos para lidar com episódios de sexismo. Isso inclui definir como deve ocorrer o acolhimento dos estudantes que são alvos da violência e as medidas educativas para os perpetradores, visando não só a consequência do comportamento, mas também a conscientização sobre suas ações;
- ◆ Realizar ações diagnósticas e pós-diagnósticas sobre a expressão do preconceito nas escolas e a efetividade das ações realizadas para o seu combate.

11. Uma situação de sexismo ocorreu na minha escola. Como posso lidar com isso?



Lidar com situações de preconceito costuma ser um desafio para muitos professores e demais membros da escola. **Ocorrências de discriminação não devem ser ignoradas e é nosso papel agir diante delas.** Abaixo reunimos dez orientações sobre o que fazer diante desses episódios.

1. Ouvir os envolvidos e acolher as vítimas

A primeira ação a ser tomada é escutar separadamente os envolvidos na situação, as possíveis vítimas, os agressores e as testemunhas:

- ✦ Diante de uma experiência de discriminação, é primordial fornecer escuta, acolhimento e apoio às vítimas da agressão. Procure proteger a vítima e demonstrar apoio e empatia frente ao sofrimento atrelado a essa situação, para que ela se sinta protegida e segura e possa expressar seus sentimentos sem medo de retaliação ou julgamento. É importante que essa escuta ocorra em um lugar calmo e privado, que ofereça sigilo e segurança para a vítima. Mesmo que o episódio de discriminação não tenha sido presenciado por você, é importante chamar os envolvidos, demonstrar interesse em ouvi-los e acolher a vítima;

- ✦ É fundamental conversar com os agressores. Ouvir os agressores é importante para compreender a raiz do problema e conscientizá-los sobre os danos causados pelo seu comportamento, bem como para adotar medidas educativas que previnam ocorrências futuras de violência. É importante que fique claro para eles o posicionamento da escola frente às situações de discriminação, a gravidade de comportamentos como esses e as consequências previstas;
- ✦ Além de acolher as vítimas e ouvir os agressores, é necessário um olhar cuidadoso para as testemunhas da violência, que podem ter sido impactadas emocionalmente e podem esconder informações por temer retaliações ou serem as próximas vítimas. Portanto, é necessário oferecer um ambiente de escuta que transmita confiança e que garanta que medidas serão tomadas sem que estes sofram retaliações.

2. Fazer registros

Documente detalhadamente o que ocorreu, incluindo data, local, nomes dos envolvidos e uma descrição do que aconteceu. Esses registros são importantes para garantir que a situação seja tratada com seriedade e podem ser usados como base para ações posteriores e desdobramento dos casos em outras instâncias. No caso de agressores, é importante que essas informações estejam presentes também na ficha dos estudantes, pois é possível acessá-las em casos de manutenção do comportamento preconceituoso. No tópico 14 deste protocolo, fornecemos um modelo útil para registrar ocorrências de preconceito na escola.

3. Informar à gestão escolar

Leve o caso ao conhecimento da direção ou da coordenação da escola. A gestão escolar deve estar ciente do ocorrido para que possa tomar as medidas administrativas necessárias, garantindo que a situação seja abordada de forma oficial e responsável.

4. Conversar com pais ou responsáveis

É importante também envolver os pais ou responsáveis dos alunos envolvidos. Um diálogo com as famílias pode ajudar a garantir que o problema seja compreendido e trabalhado em diferentes ambientes, incluindo a escola e as famílias. Todavia, antes de levar o caso para os pais ou responsáveis, é recomendado contatar primeiramente a coordenação ou outros setores pedagógicos que possam dar segurança de como essa ação será recebida no contexto familiar, a fim de não gerar ainda mais riscos, problemas ou conflitos para a vítima.

5. Promover medidas educativas

Junto com a gestão escolar, determine as medidas educativas apropriadas para quem praticou o preconceito. Essas medidas não podem ter um caráter apenas punitivista, pois, muitas vezes, a punição não leva o aluno a entender por qual motivo foi punido e qual a gravidade de suas ações. Inserir esses alunos em atividades educativas que promovam reflexões sobre preconceito, diversidade e diferenças pode ser mais positivo.

6. Realizar ações sobre diversidade e preconceito

Além das ações imediatas, é fundamental promover discussões e reflexões sobre preconceito com toda a comunidade escolar. Organize rodas de conversa, palestras ou atividades que conscientizem sobre o impacto negativo do preconceito e incentivem o respeito à diversidade, principalmente entre os alunos.

7. Desenvolver projetos contínuos na escola

Ações para lidar com o preconceito não devem ser realizadas exclusivamente em momentos pontuais, quando ocorrem episódios de discriminação ou apenas em datas comemorativas. É muito importante que projetos contínuos possam ser desenvolvidos durante todo o ano e sejam incluídos no projeto político pedagógico da escola.

8. Criar uma agenda de reuniões e trabalho na escola

É fundamental criar uma agenda de reuniões, grupos de trabalho e comissões entre os profissionais da escola para organizar o trabalho contínuo de controle e prevenção do preconceito, dos conflitos e das violências. Essa agenda de reuniões e de trabalho deve envolver a colaboração de profissionais de outras áreas, como psicólogos e assistentes sociais, que podem contribuir significativamente no enfrentamento das violências nas escolas.

Incluir estudantes nessa agenda de trabalho, para que recebam informações e disseminem ideias, pode ajudar a tornar as ações ainda mais eficazes.

9. Acompanhar os alunos ao longo do tempo

É importante continuar acompanhando os alunos envolvidos, mesmo após a resolução de uma situação específica de discriminação, e avaliar se será necessário encaminhá-los para outros profissionais, como psicólogos clínicos. O acompanhamento contínuo demonstra aos estudantes que a escola se preocupa com o bem-estar de todos.

10. Buscar mais informações e apoio institucional

Pode ser difícil lidar com o preconceito quando não nos sentimos preparados ou não sabemos a quem recorrer. Por isso, buscar mais informações sobre esse tema é um passo importante. Existem livros, cursos, podcasts e muitos outros conteúdos de livre acesso que podem nos ajudar nessa tarefa. Também é fundamental acionar a escola, a rede de ensino e a secretaria de educação para buscar apoio institucional e solicitar o fornecimento de formação continuada adequada para o combate a essa violência.



12. Como combater o sexismo na escola: intervenções e indicações materiais

Diferentes estratégias e intervenções podem ser adotadas no combate ao sexismo na escola. Essas estratégias incluem ações como rodas de conversas, palestras, oficinas, projetos contínuos, uso de literatura infantojuvenil e materiais audiovisuais [44]. A seguir, sugerimos algumas estratégias interventivas com base no estudo de Souza (2013):

Chuva de ideias prévias sobre gênero

Uma maneira de começar a trabalhar as questões de gênero e o combate ao sexismo é levantar as ideias que os estudantes já têm sobre o assunto. Assim, é possível planejar ações posteriores com base nas necessidades identificadas, seja o combate a estereótipos negativos sobre as mulheres, a ideias sexistas sobre os papéis sociais ou mesmo a comportamentos discriminatórios baseados no gênero.

Discussão de perfis de mulheres

Essa é uma possibilidade de atividade para trabalhar as representações positivas de mulheres e pode se adequar a diferentes disciplinas. O professor pode organizar uma exposição ou pedir que os estudantes pesquisem mulheres notáveis na área que estiver trabalhando com a turma.

Leitura de imagens

A leitura de imagens é um recurso que se assemelha à discussão de perfis de mulheres, mas pode ser ampliado. É possível trabalhar as representações de gênero em diferentes momentos e contextos, levantando discussões sobre os motivos de homens e mulheres serem representados de maneiras diferentes e de como isso constrói imagens irreais sobre o que seria próprio de cada gênero.

Leitura e discussão de texto

Trabalhar com textos abre muitas possibilidades, já que há uma gama diversa de gêneros literários, além de conteúdos que podem ter uma perspectiva crítica, servindo de base para reflexões conjuntas, ou ainda podem representar visões sexistas socialmente difundidas que podem ser questionadas com o auxílio do professor.

Discussão de música

As músicas são recursos que podem instigar o interesse dos alunos por criar um momento diferente do que é habitual em sala de aula, além de serem amplamente divulgadas e fazerem parte da realidade da maior parte das pessoas. Elas também costumam passar mensagens que dizem respeito a ideologias compartilhadas dentro de determinada cultura. Assim, as músicas podem servir de base para discussões sobre o sexismo e as representações dos gêneros.

Exibição de filme

Produções audiovisuais são recursos interessantes para trabalhar as questões de gênero nas diferentes idades desde que o professor faça uma pesquisa dos materiais mais adequados em termos de linguagem e conteúdo. Eles podem ser uma base para discussões posteriores, como cine-debates ou produções dos próprios alunos, como resenhas críticas.

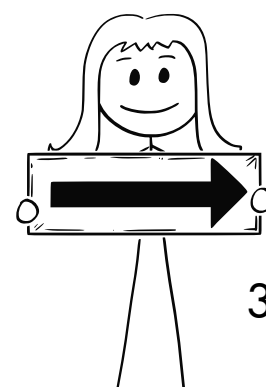
Sugestão de atividade - "Pensando os papéis de gênero"

Promovida pelo OPPEs, a intervenção de combate ao sexismo propõe uma reflexão sobre as construções sociais associadas a cada gênero. Os alunos, inicialmente, anotam em cartolinas separadas, uma para "HOMEM" e outra para "MULHER", características que se relacionam a cada um deles. Em seguida, há um debate, lendo algumas das características anotadas e incentivando uma análise crítica sobre como essas percepções são moldadas por construções sociais dos papéis de gênero, e não por diferenças inatas. O objetivo é destacar que todas as características mencionadas podem ser compartilhadas por qualquer pessoa, independentemente do gênero.

O OPPEs também produziu uma Cartilha de Identidade de Gênero e Sexualidade que pode ser acessada através do QR Code. Com ela, é possível esclarecer conceitos relacionados às temáticas de sexualidade e gênero.



Outros materiais também podem servir de base de conhecimento e de recurso didático e pedagógico sobre o tema. A seguir, sugerimos alguns materiais audiovisuais que podem auxiliar professores, gestores, pais, psicólogos e outros profissionais no combate ao sexismo na escola.



Literatura infantojuvenil

◆ **Mulheres incríveis (Ciranda Cultural, 2019):**

- Resumo: Este livro traz os grandes feitos de mulheres que inspiram o mundo, como Malala Yousafzai, Frida Kahlo e Anita Garibaldi.
- Classificação indicativa: Livre

◆ **101 Mulheres Incríveis Que Transformaram a Ciência (Claire Philip, 2021):**

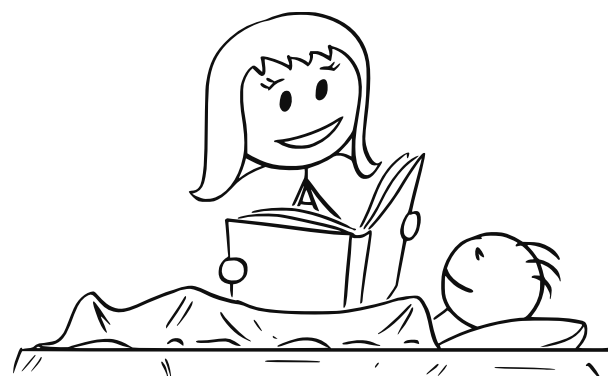
- Resumo: Este livro conta a história de 101 mulheres incríveis que revolucionaram o mundo da ciência em diversos campos, sendo inspirações para as crianças.
- Classificação indicativa: Livre

◆ **101 Mulheres Incríveis que Mudaram o Mundo (Julia Adams, 2021):**

- Resumo: Este livro traz biografias de mulheres que marcaram a história, encorajando os jovens a sonhar grande.
- Classificação indicativa: Livre

◆ **Extraordinárias: mulheres que revolucionaram o Brasil (Duda Souza e Aryane Cararo, 2017):**

- Resumo: Este livro traz histórias de mulheres revolucionárias que tiveram em comum a força extraordinária para lutar por seus ideais e transformar o Brasil.
- Classificação indicativa: Livre



◆ **O Menino que não Era (Luis Augusto, 2011):**

- Resumo: Neste livro, é apresentado um menino parecido com tantos outros, fazendo o leitor refletir sobre as cobranças que a sociedade moderna impõe às crianças, atribuindo-lhes papéis e funções que nada têm a ver com a infância que desejam e precisam viver.
- Classificação indicativa: Livre

◆ **Malala, a menina que queria ir para a escola (Adriana Carranca, com ilustrações de Bruna Brasil, 2015):**

- Resumo: Este livro conta a história de Malala Yousafzai, uma menina paquistanesa que quase perdeu a vida por querer ir à escola quando o grupo extremista Talibã tomou controle de sua cidade.
- Classificação indicativa: Livre

Literatura para jovens e adultos

✦ **Para educar crianças feministas (Chimamanda Adichie, com tradução de Denise Bottman, 2017):**

- Resumo: Este livro é um manifesto com quinze sugestões de como criar filhos dentro de uma perspectiva feminista. No formato de uma carta, traz conselhos simples e precisos de como oferecer uma formação igualitária a todas as crianças e pode ser lido igualmente por homens e mulheres, pais de meninas e meninos.

✦ **Aurora: O despertar da mulher exausta (Marcela Ceribelli, 2022)**

- Resumo: Neste livro, Marcela intercala relatos de experiências pessoais com estudos científicos e comentários de especialistas, investigando as origens das expectativas que recaem sobre as mulheres e apontando caminhos para um despertar mais amoroso.

✦ **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil (Sueli Carneiro, 2011):**

- Resumo: Este livro reúne artigos e convida o leitor a refletir criticamente sobre a sociedade brasileira, explicitando como o racismo e o sexismo têm estruturado as relações sociais, políticas e de gênero.

✦ **Sejam todos feministas (Chimamanda Adichie, com tradução de Cristina Baum, 2014):**

- Resumo: Este livro é um ensaio em que Chimamanda parte de sua experiência pessoal de mulher e nigeriana para mostrar que muito ainda precisa ser feito até que alcancemos a igualdade de gênero.

✦ **Feminismo em comum: Para todas, todes e todos (Marcia Tiburi, 2018):**

- Resumo: Neste livro, Marcia Tiburi usa uma linguagem acessível e convida o leitor a repensar as estruturas e a levar o feminismo muito a sério, para além de modismos e discursos prontos.

✦ **A Prateleira do Amor: Sobre Mulheres, Homens e Relações (Valeska Zanello, 2022):**

- Resumo: Esta é uma versão de bolso do livro "Saúde mental, gênero e dispositivos". Além de promover um debate sobre as diferenças no amor romântico para mulheres e homens, o livro busca provocar reflexões e colaborar com o letramento de gênero.

Filmes

◆ **Orgulho e Preconceito (2006)**

- Resumo: O filme retrata a história de cinco irmãs, abordando as limitações e expectativas sociais impostas às mulheres da Inglaterra do século XIX.
- Classificação indicativa: Livre

◆ **Estrelas além do tempo (2016)**

- Resumo: Baseado em fatos reais, o filme conta a história de cientistas mulheres negras que contribuíram significativamente para a NASA, enfrentando racismo e sexismo no local de trabalho.
- Classificação indicativa: 10 anos

◆ **Enola Holmes (2020)**

- Resumo: Enola Holmes é irmã do famoso detetive Sherlock Holmes. Após a fuga de sua mãe, que não aceita as regras da sociedade vitoriana, Enola inicia uma investigação para encontrá-la enquanto vai contra os desejos de seu irmão, Mycroft, que deseja mandá-la para um colégio interno feminino.
- Classificação indicativa: 12 anos

◆ **O sorriso de Monalisa (2003)**

- Resumo: O filme retrata a história de Katharine Watson, uma professora recém-formada que consegue emprego em um colégio conceituado. Incomodada com o conservadorismo da sociedade e do próprio colégio em que trabalha, Katharine decide lutar contra estas normas e acaba inspirando suas alunas a enfrentarem os desafios da vida.
- Classificação indicativa: 12 anos

◆ **Moxie: Quando as Garotas Vão à Luta (2021)**

- Resumo: Inspirada pelo passado rebelde da mãe e por uma nova amizade, uma adolescente tímida publica um texto anônimo que denuncia o machismo em sua escola.
- Classificação indicativa: 12 anos

◆ **Um limite entre nós (2016)**

- Resumo: O filme se passa nos anos 1950 e retrata uma família que tem que lidar com traumas, racismo e tem fundamentos patriarcais na base de suas relações.
- Classificação indicativa: 12 anos

◆ **Mulan (2020)**

- Resumo: O filme apresenta Mulan, a filha mais velha de um honrado guerreiro. Quando o Imperador emite um decreto que um homem de cada família deve servir no exército imperial, Mulan decide tomar o lugar de seu pai, que está doente. Disfarçando-se de homem para combater os invasores, prova ser uma grande guerreira.
- Classificação indicativa: 14 anos

◆ **Entre Mulheres (2022)**

- Resumo: O filme acompanha um grupo de mulheres que moram em uma comunidade cristã isolada nos EUA. Alvos de crimes sexuais cometidos pelos homens da comunidade, elas formam um plebiscito para escolher se deixam a comunidade ou se ficam e lutam para torná-la um lugar mais seguro.
- Classificação indicativa: 14 anos

◆ **As Sufragistas (2015)**

- Resumo: O filme retrata a luta das mulheres britânicas no início do século XX pelo direito ao voto, mostrando as desigualdades e preconceitos enfrentados.
- Classificação indicativa: 14 anos

◆ **A cor púrpura (2023)**

- Resumo: O filme apresenta a história de Celie, uma mulher negra que luta para lidar com os traumas relacionados aos abusos que sofreu, encontrando apoio em uma comunidade de mulheres e se conscientizando de seu valor.
- Classificação indicativa: 14 anos

◆ **Pense como eles (2012)**

- Resumo: O filme mostra um grupo de amigos e amigas em relacionamentos debatendo sobre as diferentes nuances comportamentais entre homens e mulheres na sociedade com uso do humor.
- Classificação indicativa: 14 anos

◆ **A vida invisível (2019)**

- Resumo: O drama brasileiro apresenta duas irmãs separadas pela sociedade patriarcal da década de 1950, mostrando como o sexismo destrói laços familiares e sonhos.
- Classificação indicativa: 16 anos

Documentário

✦ **Repense o Elogio (2017)**

- Resumo: Este documentário propõe uma conversa sobre a maneira como as crianças são elogiadas, refletindo sobre o poder das palavras e da cultura que trouxe um desequilíbrio na forma que elogiamos nossos meninos e meninas.
- Classificação indicativa: Livre

Série

✦ **Tuca & Bertie**

- Resumo: A ousada Tuca e a insegura Bertie são grandes amigas que se ajudam nos altos e baixos da vida.
- Classificação indicativa: 16 anos

Vídeos

✦ **"O Que é Gênero? | Diferença entre Sexo, Sexualidade e Gênero | Politize Explica 21"**

- Neste vídeo, são explicados os conceitos de gênero, identidade de gênero, estereótipos de gênero, sexo biológico e como o debate de gênero impacta a sociedade.

Link: <https://www.youtube.com/watch?v=sZWMTXdEsF4&list=TLPQMTcwNjIwMiRvc-isOKbmYQ&index=6>

✦ **"O que é interseccionalidade e qual sua importância para a questão racial? | Nexo Políticas Públicas"**

- Neste vídeo, a socióloga e professora Flavia Rios explica o que é interseccionalidade e qual a importância do conceito para o debate sobre a questão racial.

Link: <https://www.youtube.com/watch?v=PVO4CQVIPPE>

✦ **"O QUE É SEXISMO HOSTIL E BENEVOLENTE?"**

- Neste vídeo, são apresentados, através da teoria do sexismo ambivalente, os conceitos de sexismo, sexismo hostil e sexismo benevolente, bem como suas manifestações no cotidiano.

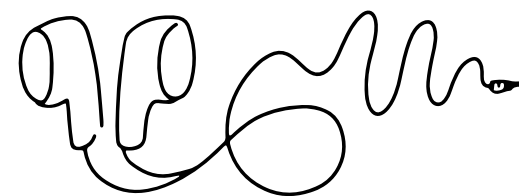
Link: <https://www.youtube.com/watch?v=G3CfTtA4oWY>

✦ **"O que é Misoginia? | Diferença de Sexismo, Machismo e Misoginia | Resumo Animado"**

- Neste vídeo, é apresentada a origem e a diferença das palavras "Misoginia", "Sexismo" e "Machismo".

Link: https://youtu.be/E8csref7_QI?si=EfSHq-WGOCTJYwxc

Podcasts



◆ “Reflexos do sexismo na Educação”

- Neste episódio, Sofia Lisboa (professora e pesquisadora) fala sobre sexismo, trazendo respostas para algumas perguntas, por exemplo: como aconteceu o processo de feminilização das relações de trabalho e de estudo no Brasil? Como isso impacta na desvalorização do trabalho docente e na reprodução da opressão de forma ainda mais visível na prática educadora no país?

Link: <https://open.spotify.com/episode/1SzWo9rXxpVua8NExnQNcP?si=cWRP30lfQ8yitewR-sc7xg>

◆ “Interseccionalidade na Educação”

- Neste episódio, é abordado o conceito de Interseccionalidade, que em poucas palavras diz respeito às interfaces entre diferentes marcadores sociais e a forma como eles interagem na vida das pessoas.

Link: <https://open.spotify.com/episode/3z416HOI2X0xDj3QWf4zlx?si=FQuSVbU0QcatLvlkpLvyOA>

◆ “Conceituando a Interseccionalidade”

- Este episódio aborda a constituição do feminismo negro, trazendo autoras norte-americanas e brasileiras que trataram do assunto interseccionalidade antes do mesmo ser sistematizado por Kimberlé Crenshaw em 1989. Foram abordadas ainda questões sobre a violência sofrida por mulheres negras, políticas públicas que o estudo da interseccionalidade permite, além de ter sido trazido pelas estudantes algumas autoras da atualidade que discutem o tema, como Carla Akotirene, e seu conceito de interseccionalidade.

Link: <https://open.spotify.com/episode/5vC4DDWFSCMCCfoFKVCzEy?si=ZWon9mXqRf6Zx52glRndug>

◆ “Diversidade de gênero e orientação sexual”

- Neste episódio, Daniela Dell’Aglio (Psicóloga e Doutoranda no psicologia social da UFRGS) conversa com Carolina Brito (Instituto de Física da UFRGS) sobre conceitos gerais a respeito do sexo biológico, de gênero e orientação sexual, salientando que as identidades discutidas não dão conta da diversidade existente, que estes conceitos estão em constante mutação.

Link: <https://open.spotify.com/episode/1ODtTQq1QrFydXZmakszrm?si=CIDmHPGGTgmwGQFNBZRGpw>

13. Canais de denúncia

No Brasil, existem vários canais de denúncia para crimes de violência de gênero. Aqui estão alguns:

- **Disque 190:** Serviço da Polícia Militar para denúncias no ato em flagrante do crime;
- **Disque 181:** Serviço da Polícia Civil. Através do 181 o crime é denunciado anonimamente;
- **Disque 100:** Serviço da Secretaria de Direitos Humanos e da Cidadania, disponível 24 horas para receber denúncias de violação de direitos humanos, incluindo violência de gênero;
- **Delegacias da Mulher e Delegacias de Atendimento aos Grupos Vulneráveis:** Muitas cidades têm delegacias da mulher especializadas em atender casos de crimes motivados por violência de gênero. Caso tenha sido vítima ou presenciado uma discriminação, é importante procurar a delegacia mais próxima. Em Sergipe, essas delegacias podem ser encontradas nos seguintes municípios: Aracaju, Barra dos Coqueiros, Cristinápolis, Estância, Itabaiana, Lagarto, Nossa Senhora da Glória, Nossa Senhora do Socorro, Propriá, São Cristóvão e Tobias Barreto;
- **Ministério Público:** O Ministério Público pode receber denúncias e investigar casos de discriminação e violência contra mulheres ou baseada no gênero;
- **Centro de Referência de Direitos Humanos:** Muitas cidades possuem Centros de Referência em Direitos Humanos que oferecem apoio e acolhimento, além de orientar sobre como proceder em casos de violência de gênero;
- **Organizações não governamentais (ONGs):** Existem ONGs que atuam na defesa dos direitos das mulheres e que podem ajudar a encaminhar denúncias e oferecer suporte emocional e legal;
- **Denúncia Online:** A "Delegacia Virtual", do Ministério da Justiça e Segurança Pública, permite que as pessoas denunciem de forma online casos de violência ou discriminação.



14. Relatório para registro de ocorrências de preconceito na escola

RELATÓRIO PARA REGISTRO DE OCORRÊNCIAS DE PRECONCEITO NA ESCOLA
Descrição: Este relatório tem como finalidade registrar ocorrências de preconceito e discriminação na escola. O documento serve como uma ferramenta de monitoramento dos preconceitos e pode ser atualizado conforme as medidas e as ações adotadas pela escola após essas ocorrências. O preenchimento deste relatório é importante para a construção de um panorama a respeito desses conflitos e pode ajudar a planejar estratégias para combater os preconceitos e promover uma cultura de respeito nas escolas.
DADOS DO(A) ESTUDANTE QUE FOI VÍTIMA DE PRECONCEITO: Nome: _____ Turma/Série: _____ Idade: _____ Gênero: _____ Cor da pele: _____ Responsável: _____ DADOS DO(A) ESTUDANTE QUE PRATICOU O PRECONCEITO: Nome: _____ Turma/Série: _____ Idade: _____ Gênero: _____ Cor da pele: _____ Responsável: _____ INFORMAÇÕES GERAIS DO OCORRIDO: Data: ____ / ____ / ____ Local do ocorrido: _____ Tipo de violência: _____
DESCREVA ABAIXO A OCORRÊNCIA DA SITUAÇÃO (O que aconteceu? Como aconteceu? Quando aconteceu? Desde quando acontece? Com qual frequência? Quem são os envolvidos?): _____ _____ _____ _____ _____ _____ _____ _____ _____ _____

DESCREVA AS AÇÕES IMEDIATAS TOMADAS PELA ESCOLA (Por exemplo: o que a escola fez após receber a denúncia? Houve encaminhamento para alguma outra instituição? Se sim, qual?)

DESCREVA AS AÇÕES FUTURAS ADOTADAS PARA O ACOMPANHAMENTO DO CASO:

OBSERVAÇÕES ADICIONAIS:

Carimbo da Instituição:

Assinatura do(a) Redator(a)

15. Referências

Fotografia da capa: Pillar Pedreira. Agência Senado. Uso permitido mediante citação da fonte.

Referências do texto:

1. Nascimento, B. B., Amorim, R. S. R. V., & Motta, D. G. (2016, Novembro 9-11). Sexismo e Educação: Produção Teórica [Comunicação Oral]. VIII Fórum Internacional de Pedagogia, Imperatriz, MA. <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/25746>
2. Gonçalves, M. D. (2019). *O sexismo nas relações de gênero no ambiente escolar*. (Trabalho de Conclusão de Curso, Universidade Federal de Campina Grande, Cajazeiras, Brasil). <http://dspace.sti.ufcg.edu.br:8080/jspui/handle/riufcg/11141>
3. Butler, J. P. (2003). *Problemas de gênero: Feminismo e subversão da identidade*. Civilização Brasileira.
4. Reis, N., & Pinho, R. (2016). Gêneros não-binários: Identidades, expressões e educação. *Revista Reflexão e Ação*, 24(1), 7-25. <https://doi.org/10.17058/rea.v24i1.7045>
5. Monteiro, S. A. S., & Ribeiro, P. R. M. (2019). As marcas do gênero no sexo do chá revelação: Sentido e significado das múltiplas identidades do indivíduo. *Diálogos pertinentes*, 15(1), 151-178. <https://doi.org/10.26843/dp.v15i1.3470>
6. Maciel, D. A., & Pacheco, W. R. S. (2018). Educação sexista: Reflexões acerca dos papéis sociais de gênero na escola [Comunicação Oral]. III Congresso Internacional de Educação Inclusiva, Campina Grande, PB. <https://www.editorarealize.com.br/artigo/visualizar/44615>
7. Ribeiro, A. S., & Pátaro, R. F. (2015). Reflexões sobre o sexismo a partir do cotidiano escolar. *Revista Educação e Linguagem*, 4(6), 156-175. <https://doi.org/10.33871/22386084.2015.4.6.156-175>
8. Almeida, G. S. (2018). Diversidade de gênero, violência e a importância de uma compreensão ampliada do tema [Comunicação Oral]. 16º Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social, Vitória, ES. <https://periodicos.ufes.br/abepss/article/view/23558>
9. Ferreira, M. C. (2004). Sexismo hostil e benevolente: inter-relações e diferenças de gênero. *Temas em Psicologia*, 12(2), 119-126. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X2004000200004&lng=pt&tlng=pt

10. Araújo, H. M. S. (2023). *"Um homem também chora": Sexismo e masculinidade precária frente a situações contranormativas de gênero*. (Dissertação de Mestrado, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, Brasil). <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/26938>
11. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2021). *Estatísticas de Gênero - Indicadores sociais das mulheres no Brasil*. <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/multidominio/genero/20163-estatisticas-de-genero-indicadores-sociais-das-mulheres-no-brasil.htm>
12. Rezende, A. F., & Andrade, L. F. S. (2023). Racismo, sexismo e resquícios do escravismo em anúncios de empregos. *Cadernos EBAPE.BR*, 21(3), e2022-0036. <https://doi.org/10.1590/1679-395120220036>
13. Collins, P. H., & Bilge, S. (2020). *Interseccionalidade*. Boitempo.
14. Murta, S. G., Prette, Z. A. P. D., Prette, A. D., & Zanella, V. (2012). Sexismo e heterossexismo: Do impacto sobre a saúde às possibilidades de prevenção. In Viana, T. C., Diniz, G. S., Costa, L. F., & Zanella, V. (Org.), *Psicologia Clínica e Cultura Contemporânea* (pp. 448-469). Universidade de Brasília.
15. Aulete. (n.d.). Benévolo. In *Dicionário Online - Dicionário Caldas Aulete*. Retrieved June 21, 2024, from <https://www.aulete.com.br/ben%C3%A9volo>.
16. Glick, P., & Fiske, S. T. (1996). The Ambivalent Sexism Inventory: Differentiating hostile and benevolent sexism. *Journal of Personality and Social Psychology*, 70(3), 491-512. <https://doi.org/10.1037/0022-3514.70.3.491>
17. Formiga, N. S., Golveia, V. V., & Santos, M. N. (2002). Inventário de Sexismo Ambivalente: Sua adaptação e a relação com o gênero. *Psicologia em Estudo*, 7(1), 103-111. <https://doi.org/10.1590/S1413-73722002000100013>
18. França, D. X. (2023). A Socialização. In Torres, A. R. R., Lima, M. E. O., Techio, E. M., & Camino, L. (Org.), *Psicologia social: Temas e teorias* (pp. 355-403). Blucher.
19. Louro, G. L. (1997). *Gênero, Sexualidade e Educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. Vozes

20. Bastolla, F. F., & Souza, A. E. (2017). A importância da linguagem como uma prática social na formação docente em nível médio [Comunicação Oral]. XXII SEMINÁRIO INTERINSTITUCIONAL DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO, Cruz Alta, RS. <https://home.unicruz.edu.br/seminario/anais/anais2017/XXII%20SEMIN%C3%81RIO%20INTERINSTITUCIONAL%202017%20%20ANAIS/P%C3%93SGRADUA%C3%87%C3%83O%20-%20RESUMO%20EXPANDIDO%20Ci%C3%A7ncias%20Sociais%20e%20Humanidades/A%20IMPORT%C3%A2NCIA%20DA%20LINGUAGEM%20COMO%20UMA%20PR%C3%81TICA%20SOCIAL%20NA%20FORMA%C3%87.pdf>.
21. Silva, G. V. (2009). Prisioneiras do esquecimento: a representação das mulheres nos livros didáticos de história. *Dimensões*, 23, 45-66. <https://periodicos.ufes.br/dimensoes/article/view/2509/2005>
22. Barbosa, F. C. M., & Andrade, H. (2017). Gênero na prática: uma educação não-sexista nas escolas [Anais Eletrônicos]. Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women's Worlds Congress, Florianópolis, SC. https://www.en.wwwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1500209751_ARQUIVO_GeneronaPratica_umaeducacaonaosexistanasescolas_artigomodificacoes.pdf
23. Andrade, L. H. S. G., Viana, M. C., & Silveira, C. M. (2006). Epidemiologia dos transtornos psiquiátricos na mulher. *Rev. Psiq. Clín.*, 33 (2); 43-54. <https://doi.org/10.1590/S0101-60832006000200003>
24. Laurenti, R., & Jorge, M. H. P. M. (2005). Perfil epidemiológico da morbi-mortalidade masculina. *Ciênc. saúde coletiva*, 10(1). <https://doi.org/10.1590/S1413-81232005000100010>
25. Meneghel, S. N., & Margarites, A. F. (2017). Feminicídios em Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil: Iniquidades de gênero ao morrer. *Cadernos de Saúde Pública*, 33(12), 1-11. <https://doi.org/10.1590/0102-311X00168516>
26. Instituto Igarapé. (2023). A violência contra mulheres no Brasil: nos últimos cinco anos: redução de homicídios e escalada das violências não-letais. <https://igarape.org.br/wp-content/uploads/2023/11/A-violencia-contra-mulheres-no-Brasil-nos-ultimos-cinco-anos.pdf>
27. Santos, E. K. S., Cerqueira-Santos, E. (2022). A influência dos estereótipos de gênero no julgamento de profissões. *Revista Brasileira de Orientação Profissional*, 23(1), 65-77. <https://doi.org/10.26707/1984-7270/2022v23n206>

28. Almeida, E. A. E., Franzolin, F., & Maia, R. A. (2020). Intencionalidade das Ações Pedagógicas à Desconstrução de Estereótipos de Gênero nas Aulas de Ciências Naturais. *Ciência & Educação*, 26(e20048), 1-17. <https://doi.org/10.1590/1516-731320200048>
29. De Beauvoir, S. (2009). *O segundo sexo*. Difusão Editora.
30. Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico. (2012). *PISA 2012 results: Excellence through equity: Giving every student the chance to succeed* (Vol. 1). <https://www.oecd.org/pisa>
31. Oliveira, E. R. B., Unbehau, S., & Gava, T. (2019). A educação stem e gênero: uma contribuição para o debate brasileiro. *Cad. Pesqui.* 49 (171). <https://doi.org/10.1590/198053145644>
32. Leite, A. C., & Chiés, P. V. (2023). Meninos e meninas à bailar! A percepção de professores e professoras de educação física sobre a generificação e sexismo das práticas esportivas nas escolas. *Revista do Programa Nacional de Formação de Professores da Educação Básica*, 11(1), 20-30. <https://periodicos.ufpi.br/index.php/formare/article/view/4840>
33. Barbosa, L. F., & Santos, L. P. (2023). O papel da gestão escolar no combate ao preconceito de gênero [Comunicação Científica]. IX Congresso Nacional de Educação, Campina Grande, PB. <https://editorarealize.com.br/index.php/artigo/visualizar/9588>
34. United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization. (2016). Out in the open: Education sector responses to violence based on sexual orientation and gender identity/expression. <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000244652>
35. Barni, D., Fiorilli, C., Romano, L., Zagrean, I., Alfieri, S., & Russo, C. (2022). Gender prejudice within the family: The relation between parents' sexism and their socialization values. *Frontiers in Psychology*, 13, 846016. <https://doi.org/10.3389/fpsyg.2022.846016>
36. Dueñas, J. M., Santiago-Larriau, B., Ferre-Rey, G., & Cosi, S. (2020). The relationship between family socialization styles and ambivalent sexism in adolescence. *Interpersona: An International Journal on Personal Relationships*, 14(1), 28-39. <https://doi.org/10.5964/ijpr.v14i1.3923>
37. Nabavi, R. T. (2012). Bandura's social learning theory & social cognitive learning theory. *Theory of Developmental Psychology*, 1(1), 1-24. <https://davidamerland.com/images/pdf/BandurasTheory.pdf>

38. Brasil. (2021). Lei nº 14.164, de 10 de junho de 2021. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e a Lei nº 13.979, de 6 de julho de 2020. Diário Oficial da União, seção 1. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14164.htm

39. Conselho Federal de Psicologia. (2020). Resolução CFP nº 08/2020. Estabelece normas de de exercício profissional da psicologia em relação às violências de gênero. Diário Oficial da União. <https://atosoficiais.com.br/cfp/resolucao-do-exercicio-profissional-n-8-2020-estabelece-normas-de-exercicio-profissional-da-psicologia-em-relac#>

40. Conselho Federal de Psicologia. (1999). Resolução CFP nº 01/1999. Estabelece normas de atuação para os psicólogos em relação à questão da orientação sexual. Diário Oficial da União. <https://atosoficiais.com.br/cfp/resolucao-do-exercicio-profissional-n-1-1999-estabelece-normas-de-atuacao-para-os-psicologos-em-relacao-a-questao-da-orientacao-sexual>

41. Conselho Federal de Psicologia. (2018). Resolução CFP nº 01/2018. Estabelece normas de atuação para as psicólogas e os psicólogos em relação às pessoas transexuais e travestis. Diário Oficial da União. <https://atosoficiais.com.br/cfp/resolucao-do-exercicio-profissional-n-1-2018-estabelece-normas-de-atuacao-para-as-psicologas-e-os-psicologos-em-relacao-as-pessoas-transexuais-e-travestis>

42. Conselho Federal de Psicologia. (2022). Resolução CFP nº 08/2022. Estabelece normas de atuação para profissionais da psicologia em relação às bissexualidades e demais orientações não monossexuais. Diário Oficial da União. <https://atosoficiais.com.br/cfp/resolucao-do-exercicio-profissional-n-8-2022-estabelece-normas-de-atuacao-para-profissionais-da-psicologia-em-relacao-as-bissexualidades-e-dema-is-orientacoes-nao-monossexuais?origin=instituicao&q=8%2F2022>

43. Conselho Federal de Psicologia. (2024). Resolução CFP nº 16/2024. Estabelece normas de atuação profissional de psicólogas e psicólogos junto às pessoas intersexo. Diário Oficial da União. <https://atosoficiais.com.br/cfp/resolucao-do-exercicio-profissional-n-16-2024-estabelece-normas-de-atuacao-para-a-categoria-profissional-em-relacao-as-pessoas-intersexo?origin=instituicao>

44. Souza, M. L. de. (2013). Formação docente: desenvolvendo e analisando ações educativas para o combate ao sexismo e à homofobia nas escolas. In Seminário Internacional Fazendo Gênero 10, Anais Eletrônicos, Florianópolis. https://www.fg2013.www2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/20/1373377076_AR QUIVO_Formacaodocente-marcoslopesdesouza.pdf



SECRETARIA DE
ESTADO DA EDUCAÇÃO
E DA CULTURA

